



Número: **0801692-68.2017.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **05/05/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE PEREIRA DA SILVA (AUTOR)		ERIKA DE FRANCA PERGENTINO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54001836	04/02/2022 12:30	<a href="#">2621565_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Outros Documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOUSA/PB

Processo n.º 08016926820178150371

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE PEREIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**.

**QUESITOS DO JUIZ:**

- 1 – A (O) promotor(a) é portador(a) de invalidez permanente?
  - 2 – E, caso positivo, em que consiste essa invalidez?
  - 3 – A invalidez permanente é total ou parcial?
  - 4 – Em sendo a invalidez permanente parcial, ela é completa ou incompleta?
  - 5 – Sendo a invalidez permanente parcial incompleta, as sequelas são de repercussão intensa, média, leve ou residual?
  - 6 – Levando em consideração a tabela anexa à Lei nº 6.194/74, qual o grau de invalidez?
- 
1. Não há invalidez permanente por lesões no corpo e membros com escotilhas principalmente no dorso do pé esquerdo em acidente de trânsito no dia 04/02/10 e avaliação sem nenhuma sequelas; por tanto o periculado encontra-se sem disfunções ou perda anátomica atual resultante do acidente.
  2. Não há invalidez
  3. Não há invalidez
  4. Não há invalidez
  5. Não há invalidez
  6. Não há invalidez

**Logo, resta claro que não há incapacidade permanente.**

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte autora encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Pelo exposto, requer que seja acolhida a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

SOUSA, 2 de fevereiro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br

